

IMOCOP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 08.757.934/0001-84

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2013. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

| BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais) | | | |
|--|------|---------------|---------------|
| | Nota | 2013 | 2012 |
| Ativos | | | |
| Ativo circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 90 | 8 |
| Aplicações financeiras | 6 | 17.417 | 1.991 |
| Contas a receber de clientes | 7 | 10.492 | 8.561 |
| Impostos e contribuições a recuperar | | 21 | 19 |
| Outras contas a receber | | 23 | 50 |
| Total do ativo circulante | | 28.043 | 10.629 |
| Ativo não circulante | | | |
| Contas a receber de clientes | 7 | - | 6.451 |
| Operações de mútuo | 11 | 19.380 | 21.860 |
| Terenos e imóveis a comercializar | 8 | 1.899 | 3.020 |
| Propriedade para investimento | 9 | 3.900 | 3.924 |
| Total do ativo não circulante | | 25.169 | 35.255 |
| Total dos ativos | | 53.212 | 45.884 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

| | (Em milhares de Reais) | | | | Lucros (prejuízos) acumulados | Total |
|---------------------------------|------------------------|---------------|--------------------|------------------------|-------------------------------|---------------|
| | Capital social | Reserva legal | Retenção de Lucros | Reserva de reavaliação | | |
| Em 2011 | 21.127 | 1.331 | 16.439 | 1.573 | - | 40.470 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 2.171 | 2.171 |
| Destinação do lucro: | | | | | | |
| Reserva legal | - | 109 | - | - | (109) | - |
| Dividendos propostos | - | - | 515 | - | (515) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | (515) | - | - | (515) |
| Retenção de lucro | - | - | - | - | - | - |
| Em 2012 | 21.127 | 1.440 | 17.986 | 1.573 | (1.547) | 42.126 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 10.855 | 10.855 |
| Destinação do lucro: | | | | | | |
| Reserva legal | - | 542 | - | - | (542) | - |
| Dividendos propostos | - | - | 2.578 | - | (2.578) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | (2.578) | - | - | (2.578) |
| Retenção de lucro | - | - | 7.735 | - | (7.735) | - |
| Em 2013 | 21.127 | 1.982 | 25.721 | 1.573 | - | 50.403 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

1. Contexto operacional

A Companhia tem sede na capital do estado de São Paulo, tem como objeto social a administração por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo comprar e vender, arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral e a prestação de outros serviços.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais aspectos da legislação aplicável emanada da legislação societária.
b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado reconhecidos nos balanços patrimoniais.
c. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
d. Uso de estimativas e julgamento: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em qualquer exercício futuro afetado. As informações sobre julgamentos críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 9 - Propriedade para investimento; • Nota explicativa nº 14 - Arrendamento mercantil operacional.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. **a. Instrumentos financeiros:** (i) *Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Contas a receber de clientes e Outros créditos. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desse ativo são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da aquisição, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. (iii) *Capital social:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido, se deliberados antes do final do exercício. **b. Terrenos e imóveis a comercializar:** São avaliados ao custo de aquisição ou construção. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal de negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **c. Imobilizado:** (i) *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. A Companhia não mensurou os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*). O custo do imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. (ii) *Reclassificação para propriedade para investimento:* Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia mantém esse ativo mensurado pelo custo e reclassifica-o como propriedade para investimento. A Companhia também submete, anualmente, toda propriedade para investimento mantida ao custo a análises e testes de redução de valor recuperável. (iii) *Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos nas sobras e perdas conforme incorridos. (iv) *Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média anual ponderada estimada para o exercício corrente é de 4%. O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo histórico no reconhecimento inicial e subsequentemente é mantida pelo método de custo. O custo inclui a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. **e. Ativos arrendados:** Os arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais. A propriedade para investimento mantida sob um arrendamento operacional é reconhecida no balanço patrimonial pelo seu custo histórico. **f. Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment):** (i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza técnicas históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas

no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme CPC 38 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". (ii) *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas nas sobras e perdas do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base "pro rata". Para os ativos que apresentam perdas de valor recuperável, que tenham sido reconhecidos em exercícios anteriores, novas avaliações são feitas a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **g. Receita operacional:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então esse desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao período de arrendamento dos bens. **h. Receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, substancialmente, juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. **1. Imposto de renda e contribuição social:** As alíquotas aplicáveis conforme legislação do lucro presumido são de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre a receita bruta excedente de R\$ 20 mensais para o imposto de renda e de 9% da receita bruta para contribuição social. **2. Determinação do valor justo** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. (i) *Contas a receber de clientes:* O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. (ii) *Passivos financeiros não derivativos:* O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

| | 2013 | 2012 |
|-------------------|-----------|----------|
| Depósitos à vista | 90 | 8 |
| Total | 90 | 8 |

6. Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda variável, remunerados substancialmente a 90,84 da variação de CDI - Certificado de Depósito Interbancário, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 10.

7. Contas a receber de clientes

| | 2013 | 2012 |
|-----------------------|---------------|---------------|
| Circulante | | |
| Clientes no país | 10.492 | 8.561 |
| Não circulante | | |
| Clientes no país (i) | - | 6.451 |
| Total | 10.492 | 15.012 |

(i) Valores a receber por alienação de imóveis com vencimento em maio de 2013. A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 9.

8. Terrenos e imóveis a comercializar

| Natureza dos imóveis | Endereço | 2013 | 2012 |
|----------------------|-----------------------------------|--------------|--------------|
| Terreno | Rua Gomes Serpa, 137 - RJ | 112 | 112 |
| Terreno | Rua Gomes Serpa, 149 - RJ | 118 | 118 |
| Depósito fechado | Rua Conselheiro Mairink, 304 - RJ | 772 | 772 |
| Depósito fechado | Rua Rubião Junior - Mooca - SP | 887 | 887 |
| Fazenda | Paulínia-SP | - | 1.131 |
| | | 1.889 | 3.020 |

A Companhia alienou a sua propriedade localizada em Paulínia. A venda foi realizada em 04 de outubro de 2012 para o cliente Copersucar S.A. pelo valor bruto de R\$ 9.800.

9. Propriedades para investimento

| | Terrenos | Construções e Benfeitorias | Total |
|-------------------------------|--------------|----------------------------|--------------|
| Saldo em 2012 | 3.380 | 591 | 3.971 |
| Alienação | - | - | - |
| Saldo em 2013 | 3.380 | 591 | 3.971 |
| Depreciações | | | |
| Saldo em 2012 | | (47) | (47) |
| Depreciações do exercício | - | (24) | (24) |
| Saldo em 2013 | | (71) | (71) |
| Valor líquido contábil | | | |
| Em 2012 | 3.380 | 544 | 3.924 |
| Em 2013 | 3.380 | 520 | 3.900 |

A Companhia possui os seguintes imóveis mantidos como propriedades para investimento: Estação Experimental em Camamu - BA; Centro de Tecnologia em Piracicaba - SP; e Fazenda em Paulínia - SP, por meio de arrendamento mercantil operacional. O prazo deste arrendamento é de cinco anos/safra. Renovações subsequentes podem ocorrer, caso as partes cheguem a um acordo. Nenhum aluguel contingente é cobrado. Os imóveis são depreciados linearmente e possuem vida útil média de 25 anos.

10. Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro: Visão geral: A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados, visando mitigá-los. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados. Os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessa demonstração financeira. **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerm, sob condições mais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, credor e mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios. **Classificação de instrumentos financeiros:**

| | 2013 | 2012 |
|---|--------|--------|
| Instrumento financeiro designados pelo valor justo por meio do resultado | | |
| Depósitos à vista | 90 | 8 |
| Aplicações financeiras | 17.417 | 1.991 |
| Empréstimos e recebíveis | | |
| Contas a receber de clientes | 10.492 | 15.012 |
| Operações de mútuo | 19.379 | 21.860 |
| Outras contas a receber | 23 | 50 |
| Passivos mantidos pelo custo amortizado | | |
| Fornecedores | 30 | 23 |
| Outras contas a pagar | 11 | 14 |
| Valor justo versus valor contábil | | |

DIRETORIA

Genilson Silva Melo - Diretor

Maurício de Mauro - Diretor

Contador - Carlos Cavalcante Guimarães - CRC-TC 1SP194441/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

| EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais) | | | |
|---|------|---------------|--------------|
| | Nota | 2013 | 2012 |
| RECEITAS LÍQUIDAS | | | |
| Receitas líquidas | 14 | 11.714 | 14.948 |
| Custo das vendas | 15 | (1.131) | (12.815) |
| Lucro bruto | | 10.583 | 2.134 |
| Despesas administrativas | 15 | (624) | (582) |
| Outras receitas | | 45 | - |
| Outras despesas | | (25) | (24) |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas | | 9.979 | 1.528 |
| Receitas financeiras | 16 | 1.696 | 1.338 |
| Despesas financeiras | 16 | - | (2) |
| Finanças líquidas | | 1.696 | 1.336 |
| Resultado antes dos impostos | | 11.675 | 2.864 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 17 | (620) | (693) |
| Lucro líquido do exercício | | 10.855 | 2.171 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

| EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais) | | | |
|---|---------------|--------------|--|
| | 2013 | 2012 | |
| Lucro líquido do exercício | 10.855 | 2.171 | |
| Resultado abrangente total | 10.855 | 2.171 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

| EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais) | | | |
|---|---------------|--------------|--|
| | 2013 | 2012 | |
| Lucro líquido do exercício | 10.855 | 2.171 | |
| Resultado abrangente total | 10.855 | 2 | |